

(RE)CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO: CONFLITUALIDADE PELO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA, NO RIO XINGU, AMAZÔNIA

RIPARIAN TERRITORIES IN CONFLICT OVER THE USE OF GEOGRAPHIC SPACE ON THE XINGU RIVER, AMAZON

TERRITORIOS DE ORILLA EN CONFLICTO POR EL USO DEL ESPACIO GEOGRÁFICO EN EL RÍO XINGU, AMAZONAS

Filho, Hudson Nascimento de Sousa

Teixeira, Barbara Eleonora Santos

Herrera, José Antonio

RESUMO

O espaço agrário amazônico é diverso, assim é impreterível ser analisado na sua totalidade, sendo insuficiente a compreensão apenas de dois pares dialéticos que se confrontam na disputa por território, este é somente um dos elementos que compõem a diversidade e a complexidade do espaço agrário. Com a realização desta pesquisa objetiva-se analisar o processo de conflitualidade inerente à reconfiguração territorial de pescadores-ribeirinhos da comunidade Boa Esperança – situada na região médio Xingu – após consolidação do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte no ano de 2015. Utilizando-se metodologicamente do conceito de território usado, por acreditar ser um caminho possível à compreensão da conflitualidade inerente à disputa de diferentes usos do espaço geográfico (agrário) entre agentes hegemônicos e hegemonzados. Dessa forma, o espaço geográfico leva em consideração as variáveis e os elementos que fazem deste espaço multifacetado, que apresenta uma acumulação desigual de tempos e uma diversidade de elementos que possuem significados diferentes nos díspares contextos amazônicos, relação que ressalta o fato desta de que tal problemática está diretamente vinculada à contradição entre as diferentes lógicas de uso do espaço geográfico (agrário), que se expressam em disputa territorial.

Palavras-Chave: Amazônidas. Comunidades Tradicionais. Sistema Capitalista de Produção.

ABSTRACT

The Amazonian agrarian space is diverse, so it is imperative to be analyzed in its entirety, being insufficient the comprehension only of two dialectical pairs that confront each other in the dispute for territory, this is only one of the elements that make up the diversity and complexity of the agrarian space. The objective of this research is to analyze the process of conflict inherent to the territorial reconfiguration of riverside fishermen of the Boa Esperança community – located in the middle Xingu region – after consolidation of the reservoir of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (HPP) in 2015. Using methodologically the concept of territory used because it is believed to be a possible way to understand the conflict inherent to the dispute of different uses of the geographical (agrarian) space between hegemonic and hegemonized agents. In this way, the geographical space takes into account the variables and the elements that make this multifaceted space, which presents an unequal accumulation of times and a diversity of elements that have different meanings in the disparate Amazonian contexts, a relationship that highlights the fact that this problem is directly linked to the contradiction between the different logics of use of geographic (agrarian) space, which are expressed in territorial dispute.

Keywords: Amazonians. Traditional Communities. Capitalist System of Production.

RESUMEN

El espacio agrario amazónico es diverso, por lo que es imperativo analizarlo en su totalidad, ya que es insuficiente para comprender solo dos pares dialéticos que se enfrentan en la disputa por el territorio, este es solo uno de los elementos que lo componen. La diversidad y complejidad del espacio agrario. El objetivo de esta investigación es analizar el proceso de conflicto inherente a la reconfiguración territorial de los pescadores ribereños de la comunidad de Boa Esperança -ubicada en la región del medio Xingú- luego de la consolidación del embalse de la Usina Hidroeléctrica (UHE) de Belo

Monte en 2015. territorio utilizado porque se cree que es una forma posible de entender el conflicto inherente a la disputa por los diferentes usos del espacio geográfico (agrario) entre agentes hegemónicos y hegemonzados. De esta forma, el espacio geográfico toma en cuenta las variables y elementos que componen este espacio multifacético, que presenta una acumulación desigual de tiempos y una diversidad de elementos que tienen diferentes significados en los diferentes contextos amazónicos, relación que destaca el hecho de que este problema está directamente ligado a la contradicción entre las diferentes lógicas de uso del espacio geográfico (agrario), que se expresan en la disputa territorial.

Palabras Clave: Amazónicos. Comunidades Tradicionales. Sistema Capitalista de Producción.

INTRODUÇÃO

Desde fins do século XIX, a região do rio Xingu, em seu médio curso, tem sido ocupada por comunidades não-indígenas que chegaram na região para atuar na extração de látex das seringueiras nativas e que até hoje, em descendência, ocupam por direito a região na permanência do viver ribeirinho. Contudo, essa forma de existência vem sendo ameaçada e levada à ruína devido a invasão de seus tradicionais territórios pelas consequências advindas com a instalação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte. Fator que torna essa investigação necessária afim da compreensão que possa trazer à tona a situação concreta desta problemática.

Dessa forma, a pesquisa apresenta a finalidade de analisar o processo de conflitualidade inerente à reconfiguração territorial de pescadores-ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança – situada na região médio Xingu, no município de Altamira – após consolidação do lago reservatório do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, no ano de 2015.

Daí a necessidade de se pautar as ações de funcionalidade organizacional do território enquanto óptica metodológica para estudo do processo de apropriação do espaço geográfico, por ser tal aporte teórico-conceitual um caminho capaz de propor a leitura da real condição, da produção social e suas respectivos organizações no espaço geográfico. Permitindo ter a apreensão e a compreensão da inter-relação da “causa” e dos “efeitos” socioterritoriais no contexto em estudo.

Pensar o território usado, torna-se indispensável a análise do espaço geográfico, isso pois, envolve “[...] um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p. 3).

DO MÉTODO

É relevante frisar que a apreensão do espaço geográfico, bem como de sua produção total, necessita de uma abordagem analítica que procure tratar elementos-chave para empiricizar – a luz da realidade concreta como materialização do fenômeno técnico – a relação espaço-tempo. Com isto, resgatando a estrutura que a dinâmica socioespacial na Amazônia, apresenta a partir da sucessão de diferentes períodos no espaço, como uma comunhão de “[...] pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 24).

Esse exercício de periodização leva a ideia de regime, que apreende, em sua dinâmica, formas-conteúdo reflexo da relação de formas materiais com formas não materiais (também simbólicas) integradas no espaço. “Os níveis e a intensidade dessa interação para dentro e para fora e cada estado variam com o tempo. Pode-se dizer, também, que a cada momento histórico a definição das disparidades regionais muda” (SANTOS, 2014, p. 99), mudando, conseqüentemente, a estrutura interna de relacionamento entre as variáveis do espaço totalidade-parte da totalidade-total que, dado seu caráter dinâmico e contraditório, materializa-se no particular como forma de representação do universal.

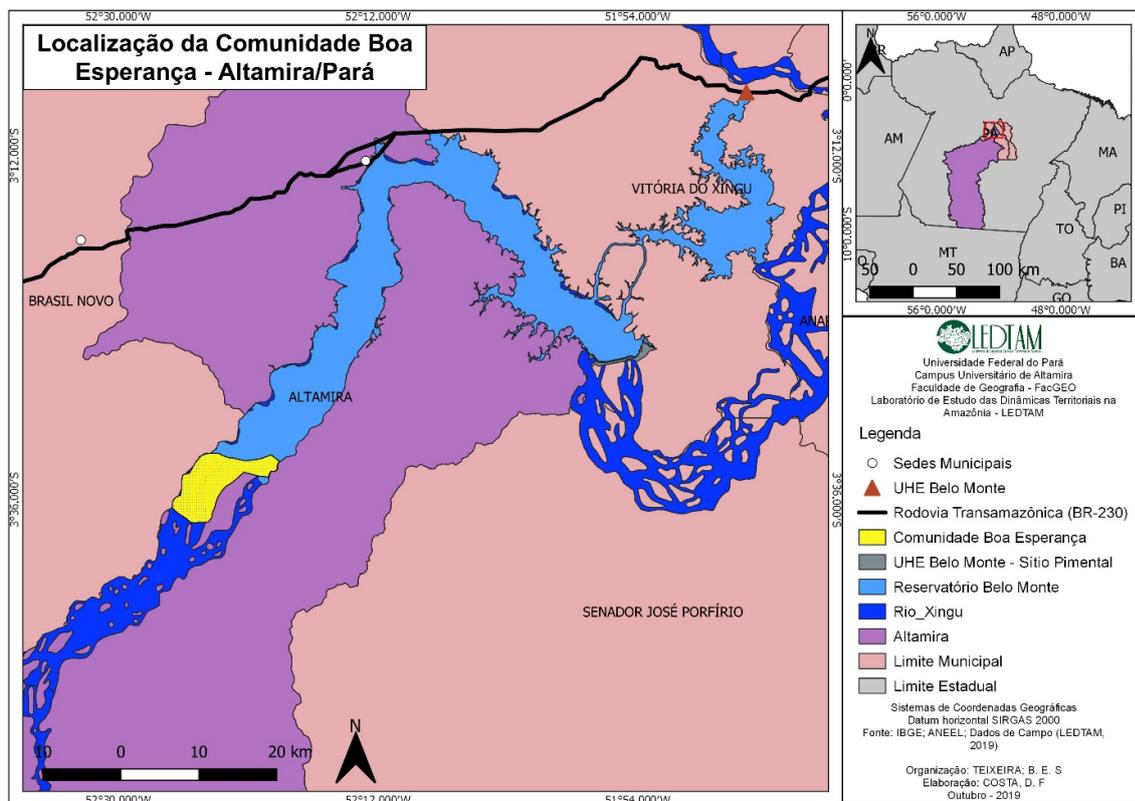
Além disso, precisa-se buscar a abordagem espaciotemporal para fazer compreender a realidade (social) concreta, não mais como algo isolado e apenas inerte. Outrossim, como síntese de inúmeras determinações, ou seja, “[...] unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o

processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (KARL MARX, 2008, p. 260-261).

DO CONTEXTO ESTUDADO E DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

A comunidade ribeirinha de Boa Esperança se encontra localizada no conjunto de ilhas à montante da cidade de Altamira e em fronteira com município de Brasil Novo, no estado do Pará (conferir Figura 1). Com início de sua formação socioespacial datada no fim do século XIX, devido a leva de migrantes nordestinos – os vulgos “arigós” nos ditos populares da época – que migraram a partir da década de 1870 para atuar como seringueiros na exploração (sangrar) de seringueiras nativas do Xingu, para obtenção do látex matéria-prima da borracha. Atividade impulsionada pela indústria da borracha e que retrata o fenômeno da ocupação não-indígena na Amazônia.

Figura 1: Mapa de localização da comunidade ribeirinha de Boa Esperança.



Fonte: autores, 2023.

Porém, nem sempre esse povo teve sua condição de produção da vida atrelada somente à extração de látex, optaram por outras atividades de labor para garantia do sustento familiar, dentre elas, destaque para pesca artesanal. Historicamente os pescadores-ribeirinhos da comunidade de Boa Esperança, praticam a fim de manterem a garantia de “ter o que comer” e até mesmo a produção de determinado excedente para comercialização. Soma-se ao modo de vida, o roçado e inúmeras outras atividades extrativistas como a caça e a coleta de produtos nativos da floresta equatorial amazônica. A bem da verdade, o roçado tem acompanhado esse povo desde os tempos de formação da comunidade até os tempos atuais como base de produção do sustento primário das famílias.

Válido ressaltar, também, as atividades de extração das “drogas do sertão” como a castanha, que somam no inventário ribeirinho das atividades de trabalho, além da caça da pele do gato-maracajá, que foram praticadas como fonte de rendimento após o auge da economia de aviamento da borracha na região na década de 1920.

Para levantamento de dados e informações primárias acerca das condições de vida dos moradores da comunidade, utilizou-se técnicas quali-quantitativas de por meio do formulário de entrevistas e conversas gravadas. Além das observações empíricas realizadas a partir do contato que os pesquisadores tiveram com a

realidade investigada. O que possibilitou maior familiaridade e melhor compreensão da problemática vigente.

Análise bibliográfica e levantamento documental relacionadas à problemática estudada também foram recursos utilizados, como artigos em periódicos ligados à discussão do tema, bem como nos livros da literatura geográfica. Para análise mais precisa e significativa do (re)ordenamento e caracterização da paisagem sob observação, optou-se pela captura de imagens com drone.

De modo geral toda pesquisa contou com reuniões de planejamento primando definir melhores estratégias e ações na obtenção dos dados e das informações, aproximando ao máximo do cotidiano vivido e da realidade da comunidade.

PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Segundo Carvalho, Amaral e Herrera (2016), Altamira tem sua formação socioespacial desde os aldeamentos jesuítas até sua mais recente organização socioeconômica com a implantação da UHE de Belo Monte, sendo que diferentes agentes deixaram características econômicas, sociais e de poder que caracterizam o espaço agrário.

Os eventos que sucederam constituem contribuem para relatividade das coisas no espaço e no tempo, já que a produção do espaço não se dá por um fenômeno, mas pela relação constituída na estrutura, processo, função e forma. Assim, entende-se que o período das missões jesuítas, a igreja, os indígenas catequizados e não catequizados, deixaram formas de produzir e de organização no espaço que não ficaram restritas aquele tempo histórico, como: a coleta de frutos, o conhecimento medicinal, as casas de palha e barro, o costume de dormir em redes, a relação com a floresta e com os rios, na forma como se pesca, e até mesmo da organização e domínio do território a partir do conhecimento do lugar.

No período pombalino se agrega a essas variáveis praticadas pelos indígenas a agricultura, a pecuária e o uso individual da terra, concedida pela coroa portuguesa que, também, se alia aos conhecimentos vindos da África e de Portugal, através dos escravos e dos colonos que eram incentivados a se estabelecer na região. Posteriormente, com a economia da borracha, é depositado no município de Altamira, novos eventos, os quais requalificam o lugar, pois muitos agricultores deixaram as plantações das lavouras para se tornar seringueiros, além da migração de outros sujeitos para Amazônia, agregando formas de existência, culturais e espaciais.

Após o fim do ciclo da borracha, a criação da Rodovia BR-230 (Transamazônica) reorganiza o espaço, novamente, para aportar a necessidade de integrar o mercado interno do país, aliado, aos interesses endógenos e exógenos que permeiam a formação socioespacial da Amazônia.

A esse respeito Carvalho, Amaral e Herrera (2016) mostram como a abertura da transamazônica ressignificou o espaço:

Após a abertura da Transamazônica não muda na cidade apenas o meio de transporte, mas a relação da população altamirense com o rio e a floresta uma vez que a intervenção do governo implantou vários projetos de desenvolvimento na região como Altamira 1 e projetos de reassentamento rurais desenvolvidos pelo INCRA ao longo da BR-230 (BRASIL,1973). E a cidade de Altamira assim se torna a cidade suporte da região da transamazônica (2016, p. 109).

Com a afirmação dos autores é possível apreender a singularidade que este evento traz para o espaço agrário de Altamira, evidenciando, a perspectiva do novo e do velho, onde o conjunto de formas e de estruturas que antecedem este período representassem o atraso e a ignorância, contudo, tanto o novo quanto o velho são dados permanentes da história. Apesar do espaço coabitar variáveis de tempos diferentes, não existe tudo novo, ou tudo velho, mas a combinação das coisas no espaço (SANTOS, 2014a). Fica a concepção de que as estradas representavam o progresso e os rios o atraso, há valorização desse objeto técnico, mudando as relações preexistentes e estabelecendo outras; não mais o rio e a floresta são as únicas referências dos sujeitos, mas as estradas também passam a ser parâmetro para a moradia e atividades produtivas.

Seguindo Carvalho, Amaral e Herrera (2016), o mais recente evento que reorganiza o espaço agrário de Altamira é o barramento do rio Xingu com a construção da UHE de Belo Monte, com consequência de alagamento da área pouco maior que 500 km². Por ter características de cidade polo, Altamira, acabou absorvendo a maioria dos impactos da instalação da Usina de Belo Monte.

Na mesma medida, as transformações drásticas foi condicionando o espaço agrário, sobretudo, com o deslocamento compulsório das populações originárias e tradicionais da região. Os processos atribuíram novos valores as formas, ou seja, o aspecto visível do espaço. A paisagem, por exemplo, mudou em certos aspectos, com a diminuição do volume de água, em destaque para volta grande do Xingu, por outro lado condicionou o alagamento das vicinais, das ilhas e das praias. Constituindo-se como um espaço marcado pela dimensão espacial da técnica.

O território usado na Comunidade de Boa Esperança está em mudanças, sobretudo, pela sua dimensão global, pois a dimensão das mudanças do capital hegemônicos que alterou a forma e o conteúdo das ilhas que formam essa comunidade ainda estão em processo de transformação do espaço, pois o território usado na comunidade constitui-se como uma correlação de forças do vertical e do horizontal, ou seja, das macro-estruturas perpassando pela dimensão multiescalar do espaço geográfico: a escala do local, do cotidiano das relações, entre o uso econômico e o uso social dos recursos; à escala global das ações capitalistas e monopolistas.

Neste sentido, buscou-se fundamentação em Santos (1999), que afirma que o território precisa ser entendido a partir de suas formas conteúdos na sua dimensão global:

Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. (SANTOS, 1999, p. 18).

Nesse sentido, a comunidade investigada, constitui-se como história do presente com rugosidades pretéritas, de modo que sua formação social se faz com as interrelações de períodos de tempos no espaço que marcaram o modo de vida pescador-ribeirinho das ilhas do rio Xingu em seu processo, conforme relata pescadora:

Meu pai, os pais dele vieram de fora. Minha avó, que é a mãe do meu pai, ela veio do Rio Grande do Norte. [...] o meu pai veio pra cá quando criança, aí ele foi crescendo e vieram morar pra cá pro rio Xingu, começando a trabalhar com a seringa. Cortando seringa, caçando o gato, fazendo borracha pra poder vender pra tirar o sustento da família. Aí ele trabalhou com a mãe dele por muito tempo, depois casou [...] aí por muito tempo a gente ficou aqui morando nessa região da Boa Esperança. Aí depois ele desceu, era o tempo dos índios, era muito perigoso. A gente só poderia mesmo morar nas ilhas, por que nas terra que a gente chama, aquelas terras firme alí, a gente não podia morar por causa dos índios atacavam né?! E os trabalhos, como eram mais seringa, só viviam mesmo nas ilhas, e caçada de gato. Quando eles passaram a morar mais pra terra, trabalhavam com roça, juntando castanha, mesmo assim de lá continuavam os mesmos trabalhos daqui. (Pescadora-ribeirinha Acari Zebra, setembro de 2021).

No entanto, as formas de uso desse espaço implicam formas e ações normatizadas pelo Estado e pelo capital, que constituíram objetos técnicos transformadores do espaço agrário amazônico. Contudo, a porção do espaço normatizada e transformada estabelecem uma correlação de forças que se contradizem no espaço, onde as verticalidades constituem-se na conexão de pontos no espaço, com a formação de redes que estão conectadas nas mais diversas dimensões. E, a horizontalidade, pela ligação ao domínio da contiguidade, da relação entre vizinhos, estes ligados por uma continuidade territorial (SANTOS, 1998, p. 16).

CONFLITUALIDADE PELO USO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO AGRÁRIO NO RIO XINGU

O espaço agrário amazônico é diverso, assim é impreterível ser analisado na sua totalidade. O espaço geográfico leva em consideração as variáveis e os elementos que fazem deste espaço multifacetado, que apresenta uma acumulação desigual de tempos e uma diversidade de elementos que possuem significados diferentes nos díspares contextos amazônicos.

Segundo Santos (2014), a totalidade do espaço só é possível a partir de suas partes, para examinar as relações efetivas entre Totalidade-Mundo e os lugares, importante retomar que a totalidade não é a simples soma das partes, ao contrário entende-se que a totalidade explica as partes.

A sociedade está em constante movimento e mudança. Assim, entende-se as relações desencadeada nas ilhas que formam a comunidade de Boa Esperança. Por exemplo, o período da caça do gato, não é a mesma após a instalação da UHE de Belo Monte, pois a totalidade das relações que se desencadeavam e explicavam o funcionamento naquele momento, como a necessidade por pele de animais, que trouxe certa importância econômica para a região e gerou renda para as famílias, não é a mesma que faz com que os pescadores-ribeirinhos passem a se organizar e exigir o reconhecimento como atingidos pelo barramento do rio Xingu com a construção UHE de Belo Monte.

Para Silva (2016, p. 53) "a produção do espaço se faz por meio da produção do trabalho executado da propriedade do trabalho". De tal modo, entende-se o território das ilhas e o contexto de conflitos pelos recursos pesqueiros, como resultante do trabalho estruturado por outros agentes na construção da UHE de Belo Monte, trabalho este que interferiu na forma de vida dos pescadores-ribeirinhos que passaram a se reorganizar no espaço, buscando novas maneiras de se adaptar a um ambiente que vem mostrando mudanças ambientais em decorrência das alterações inferidas pela UHE.

Desse modo, propõe entender as mudanças que ocorrem localmente a partir da leitura multiescalar, pois, tem que os fenômenos globais se manifestam no território mediante aos interesses pela Amazônia, rica em recursos hídricos e possível fonte "inesgotável" de energia limpa. Neste contexto, tem-se a construção de hidrelétricas, como o caso da UHE Belo Monte, condicionando o espaço da racionalidade, concretização do fenômeno geográfico que demanda mais fontes de energia, fato que leva as disputas entre as forças do capital global e a resistência das populações locais por seus territórios.

Segundo Santos (2014), o espaço da racionalidade constitui uma razão global e uma razão local, num processo dialético que tanto se associa, quanto se contrariam, criando juntas, pois ao mesmo tempo em que o capital global transforma o espaço, a partir das técnicas de engenharia, as populações locais também constituem forças endógenas que não permitem que o capital use o espaço totalmente ao seu interesse.

Logo, o espaço apresenta características do passado que coexistem com as estruturas modernas, assim, ocorre a produção no espaço com a construção de objetos técnicos e a reprodução das relações sociais locais. Por tanto, tem-se a produção do espaço na Amazônia como resultado da manifestação dos projetos globais, na materialização dos grandes projetos de exploração de matéria-prima para suprir as necessidades do capital global, buscando impor suas lógicas e encontram contrapontos e resistências das populações locais, que ora articulam ora conflituam com os detentores do capital e exploradores dos recursos.

Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. E é [...] neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS, 2000, p. 108).

Esse processo: "[...] definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança" (SANTOS, 2014, p. 69); pode ser compreendido a partir de análise contextual da disputa territorial estudada em mediação pelo conceito de conflitualidade.

Esta, logo, presente na dinâmica do espaço geográfico (agrário), como ressalta Fernandes (2004, p. 2),

quão “[...] processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo”. Consoante às disparidades entre o uso sustentável do território como abrigo da vida pelos pescadores-ribeirinhos (conforme representado na Figura 2) em oposição ao uso forçado que os agentes capitalistas envolvidos na administração do objeto técnico UHE Belo Monte fazem do território quantitativamente vinculado a ideia de recurso fonte da geração de cada vez mais riqueza.

Figura 2: Pescador-ribeirinho em uso do Espaço Geográfico Agrário no rio Xingu.



Fonte: autores, 2022.

Essa comunidade de pescadores-ribeirinhos apresenta dinâmica de trabalho historicamente atrelada a práticas de extrativismo animal e vegetal, ocupando seu tempo com atividades de trabalho ligadas à extração e coleta diretamente daquilo que o meio natural dispõe: extração de látex, da pele do gato, da castanha-do-pará, da piscosidade do rio, das ervas medicinais e madeiras para moradia disponíveis na floresta, além de animais que, caçados, servem de alimentação. Conforme apresentado na entrevista seguinte:

Meu pai, o nome dele era Martins Luiz da Silva, vindo do Ceara pra cá. O motivo do meu pai ter vindo de lá pra cá é que na época o serviço era seringa, já ouviu falar de seringueira?! Ele veio pra trabalhar na seringueira. Então os pessoal aqui, os patrões que tinham, Meireles e outros patrões né?!, que foram buscar ele e outros, os donos dos seringal. Traziam tudo pra cortar que não tinham gente ai eles traziam o pessoal pra trabalhar na seringa. Meu pai chegou trabalhando, já pra trabalhar na seringa, direto pro seringal, lá inscrito como soldado pra trabalhar na borracha, então eu até perdi um dinheiro que era pra mim, por que eu sou filho primeiro dele né?! Então, é, foi lançado um dinheiro pros seringueiros, então podia sim um filho mais velho pegar o dinheiro né?! Quando eu nasci ele já tava com mais ou meno uns cinco anos aqui, por aí assim, ele já trabalhava, era muito prático, na época que eu nasci e comecei a me entender ele era muito prático das coisas. Quando eles chegaram, você sabe como é né?!, gente que não sabe de nada fica à toa né?! Mas teve uma pessoa pra ativar neles pra cortar seringa, pra fazer difumador. Com o difumador a borracha era difumada. Ele falava muito no Ceará, que veio pra cá pra trabalhar na seringa, que pra lá não tinha serviço. Muita gente nascia e aqueles rapaz, aqueles homem, não tinha serviço. Ele veio pra cá com quê?! Com dezenove anos, ele veio novo pra cá. E aí ele começou a trabalhar e falava que veio pra cá devido esse trabalho, que lá não tinha né?! (Pescadora-ribeirinha, setembro de 2021).

São todas ocupações cotidianas que configuram a rotina do pescador-ribeirinho de Boa Esperança. Porém, essa estrutura de trabalho do ribeirinho tem sido modificada com a influência direta das ações que são

exógenas às necessidades do seu cotidiano, pois suas ambições não envolvem a utilização do rio Xingu como objeto natural que serve de recurso disponível a ser super-explorado economicamente, mas, sim, o tem enquanto espaço de realização da vida.

O contexto estudado demonstra que a comunidade expressa que grandes modificações do espaço, no qual a mesma habita, foram apresentando-se ao longo dos últimos anos advindas, acredita-se, com a concretização do lago artificial reservatório da UHE Belo Monte, a partir do ano de 2015. Dentre tais modificações estão presentes a falta de correnteza do rio (que foi transformado em lago após seu barramento), elevado aquecimento da temperatura da água e maior retenção de dejetos, lama e lodo, chegando a prejudicar diretamente a sobrevivência da ictiofauna (animais aquáticos) típica da região, como o caso da diminuição e até mesmo do desaparecimento de algumas espécies de pescado, tais como: Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), Tucunaré (*Cichla ocellaris*), Pescada (*Merluccius merluccius*) e Matrinxã (*Brycon*).

Em relatos de entrevistas, conforme apresentado anteriormente, os pescadores-ribeirinhos mencionam que antes era possível a captura de até 200 kg de peixe na semana de pesca, porém, hoje, após a concretização do lago e o pleno funcionamento da UHE Belo Monte, a pesca já não soma enquanto atividade financeira, ficando apenas como prática corriqueira voltada ao consumo familiar, quando possível.

A comunidade tem sua essência modificada na totalidade, uma vez que a nova realidade socioespacial, empregada na região, diverge das necessidades locais, escapando ao desejo das demandas globais alinhadas à unicidade técnica do capitalismo vigente, cujos efeitos de sua territorialização são sentidos pelos sujeitos que do lugar dependem.

No fragmento da entrevista a seguir, percebe-se as consequências do barramento do rio Xingu sobre o ambiente habitado pela comunidade, conforme relata pescadora-ribeirinha:

Toda espécie diminuiu, pega, mas é pouco. Tem dias que vai pescar e não pega nem para comer. Antes pegava tucunaré de 2 a 4 kg e hoje não dá nem um quilo. A pescada também, Matrinxã sumiu do mapa. Quando pega são pequenos. Curimatá, tucunaré, pacu, pescada, surubim. Diminuiu e muito a quantidade e tamanho de peixe que pesca. Antes os peixes eram maiores, mas agora não pega nada, só lodo na malhadeira. Aumentou os pescadores e sumiu os peixes. Acabou as cachoeiras, até aqui nos Araras. Pacu de seringa (diminuiu). Piranha, Matrinxã (sumiu). (Pescadora-ribeirinha, 2020).

Ao utilizar o rio Xingu como capital-recurso, o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, dificulta a atividade pesqueira, não apenas para os moradores da comunidade de Boa Esperança (como relatado no trecho de entrevista), mas também para outros sujeitos pertencentes a outros povos que habitam a região ameaçada de ocorrência do fim da pesca-artesanal, dado reordenamento compulsório que a instalação do lago provocou sobre o ambiente da Volta Grande do Xingu e suas zonas de influência. Fator que corrobora em determinada reorganização do espaço geográfico no âmbito da comunidade, que passa a ter suas relações de trabalho com a pesca artesanal limitadas por influência da modificação que a instalação desse objeto técnico tem causado.

O cenário atual de reorganização do espaço na região do município de Altamira, após a inserção da UHE Belo Monte no território de influência do município, o que tem transformado a relação dos sujeitos do lugar com seu meio natural; e o datado de um período anterior, influenciado pela abertura da BR-230 Transamazônica incide sobre a comunidade. Fato que ocorreu a partir do processo de abertura da frente de exploração e devastação da Floresta Amazônica, a partir da década de 1970, para ocupação agropecuária, situação que, desde então, tem limitado a utilização das florestas de arredores da comunidade, por parte dos ribeirinhos, para atividades de extrativismo.

O lugar da região Amazônica na divisão territorial do trabalho é referenciado globalmente como o de suporte de recursos naturais e mineralógicos disponíveis para o mundo, além de a região ser vista como fonte hidrológica do mundo. No entanto, as políticas de organização de produção no espaço amazônico, difundem práticas de superexploração e deterioração das sociobiodiversidades amazônicas, pelo fato de as atuais

frentes de exploração de recursos, que estão distribuídas na região, não dispõem de vínculo com o lugar. Fator que reverbera na não verificação dos prejuízos socioambientais que os grandes empreendimentos econômicos deflagram a partir do processo de utilização dos recursos de maneira a não respeitar, de fato, o tempo da Natureza.

CONCLUSÕES

A partir do objetivo de análise da conflitualidade enquanto processo inerente à reconfiguração territorial de pescadores-ribeirinhos da comunidade Boa Esperança após consolidação do reservatório da UHE Belo Monte no ano de 2015, ressalta-se que essa problemática está diretamente vinculada à contradição entre as diferentes lógicas de uso do espaço geográfico (agrário) em disputa territorial. Isto posto pois há muito tempo tem-se pensado em uma reforma agrária e não na verdadeira mudança – revolução – da atual condição de permanência de territórios tradicionais, e também os originários, que compõem a estrutura da formação socioeconômica brasileira.

A configuração territorial é a relação de apropriação do espaço mais a própria matéria trabalhada pelas relações de trabalho que incidem no espaço geográfico, objetos e coisas em si, os naturais e artificiais. As transformações (ou novas verticalidades) que reconfiguram o território usado na região do município de Altamira, ou seja, nesse espaço geográfico como um todo, implicam em novas relações de trabalho para a comunidade de Boa Esperança. Tais implicações resultam do fato desta comunidade ter sua dinâmica de configuração espacial alterada pelo ordenamento vertical imposto pelas normas do sistema de objetos técnicos que se apresenta instalado no local.

O grande objeto técnico da UHE Belo Monte apresenta intencionalidade oposta ao modo de trabalho empregado pelo pescador-ribeirinho, pelo fato de sua condição de utilização do rio estar atrelada à funcionalidade deste enquanto recurso, ou seja, utilizar-se desse elemento da paisagem como um meio de geração de riqueza capitalizada. Fato que acarreta transformações diretas nas condições de trabalho da comunidade ribeirinha de Boa Esperança, devido ao impacto socioambiental que o barramento do rio Xingu, por parte do sistema de engenharia da UHE Belo Monte, tem causado nas populações locais, uma vez que a implantação desse empreendimento reassentou várias famílias e modificou o interior das estruturas locais, política e economicamente, através do arrendamento direto das vontades que pudessem soar contrárias, antes mesmo que estas pudessem atentar-se da realidade concreta essencial.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, G. B., AMARAL, M. D. B., & HERRERA, J. A. (2019). A reprodução urbana em Altamira-Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos - 2016. **GEOGRAFIA (Londrina)**, 28(2), 101–121. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/34445>. Acesso em: 06, abr., de 2020.
- DE FRANCESCO, A. A.; FREITAS, A.; BAITELLO, C.; GRAÇA, D. S. História de ocupação do beiradão no Médio rio Xingu. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017, p. 41-65.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Biblioteca do Planejamento Ambiental**, 2004, p. 1-57. Disponível em: bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564. Acesso em: 127 de set., de 2019.
- GERRA, L. D.; et al. Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável. **Campo Grande**, val.8, nº 1, 2007.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. (Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-274.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **XII Encontro Nacional de Geógrafos**, Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. 4. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 15-20.

SANTOS, M. O território e saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 164. 1999.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p.101, 1977.

SILVA, L. R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. Ed. 2ª. São Paulo: contexto, 2016.